

João Henrique Zöehler Lemos

Universidade Federal da Fronteira Sul
joao.zoehler@gmail.com

Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul
igor.catalao@uffs.edu.br

Urbanização extensiva, produção energética e justiça espacial em cidades pequenas gaúchas e catarinenses¹

Resumo

A urbanização, como processo socioespacial que, ao mesmo tempo, produz cidades e um modo de vida, tem-se ampliado continuamente desde a primeira revolução industrial. Muito do seu desenvolvimento e de sua ampliação estão relacionados à intensidade de geração de energia nos países, especialmente a elétrica. No Brasil, essa geração se dá, sobretudo, por meio de usinas hidrelétricas, situadas em cursos hídricos muitas vezes fora das grandes aglomerações metropolitanas. Propomos, neste artigo, debater as contradições que existem nas cidades pequenas frente à expansão da geração de energia elétrica, problematizando noções como desenvolvimento e justiça espacial. Nosso recorte analítico recai sobre duas usinas, Barra Grande e Itá, e particularmente nas quatro cidades pequenas que estão em suas adjacências: Anita Garibaldi e Itá em Santa Catarina; Pinhal da Serra e Aratiba no Rio Grande do Sul. A pesquisa apoiou-se em trabalhos de campo realizados nessas usinas e cidades, onde colhemos registros fotográficos e depoimentos de cidadãos. Concluímos com observações acerca das disparidades nas quatro cidades trazidas pela implantação das usinas hidrelétricas, demarcando desafios a serem enfrentados.

Palavras-chave: cidades pequenas, produção hidroenergética, urbanização extensiva, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

Abstract

EXTENDED URBANISATION, ENERGY PRODUCTION AND SPATIAL JUSTICE IN SMALL CITIES OF RIO GRANDE DO SUL AND SANTA CATARINA

Urbanisation is a socio-spatial process that produces cities and a way of life. It has been spreading continuously since the first industrial revolution. Much of the urban development and growth is related to the intensity of energy production in countries worldwide, especially electric energy. In Brazil, the energy is mostly produced by hydroelectric plants, most of them located in rivers outside great metropolitan areas. In this paper, we aim to discuss the existing contradictions in small cities in view of the expansion of energy production in order to problematize notions such as development and spatial justice. Our analytical focus relies on two hydroelectric plants, Barra Grande and Itá, and particularly four small cities located nearby: Anita Garibaldi and Itá in Santa Catarina state; Pinhal da Serra and Aratiba in Rio Grande do Sul state. The research was based on fieldworks conducted in these cities and hydroelectric plants where we collected photographic records and citizens' testimonies. We conclude by observing disparities in the four mentioned cities brought up by the implementation of the hydroelectric plants and we highlight as well the challenges to be faced.

Key-words: small cities, hydro-energy production, extended urbanisation, Santa Catarina state, Rio Grande do Sul state.

1. Introdução

A sociedade urbana contemporânea, em suas necessidades básicas para sobrevivência e reprodução dos modos de vida, tem a energia elétrica como essencial produto que alimenta as atividades quotidianas. O atendimento destas necessidades ocorre a partir de uma produção que se dá em lugares diversos, dispersos no território, que não são capazes de consumir toda a produção energética que acaba drenada para outros lugares mais demandantes. Entendemos, pois, que os grandes equipamentos de produção e distribuição de energia conformam elementos de uma urbanização extensiva, segundo propõe Monte-Mór (1994; 2006), ou seja, significa a proliferação de bens, equipamentos e modos de vida urbanos em territórios mais abrangentes que os das cidades.

Nesse contexto, muitas cidades pequenas apresentam-se como lócus da produção de energia elétrica, com importantes e impactantes empreendimentos, os quais contribuem para uma metamorfose de suas funções

e seus papéis na rede urbana. Conforme Corrêa (2015), esta mudança de função das cidades pequenas, ou simplesmente sua refuncionalização, pode se efetivar através de dois grandes caminhos: a perda de centralidade destes núcleos urbanos ou uma especialização produtiva que se instala no território, efeito de externalidades ou internalidades. É o efeito do externo, em nosso caso a demanda por recursos energéticos, que refuncionaliza as cidades deste estudo. O que propomos analisar, portanto, são algumas cidades pequenas, situadas fora de aglomerações urbanas, mas em contextos de geração de energia elétrica.

As quatro cidades que trataremos aqui são as limítrofes Anita Garibaldi (SC) e Pinhal da Serra (RS), localizadas no vale do rio Pelotas, onde está a UHE de Barra Grande; posteriormente, este rio, a partir da confluência do rio Canoas, passa a denominar-se rio Uruguai, onde se localizam as outras duas cidades: Itá (SC) e Aratiba (RS), entre as quais se situa a UHE de Itá (cf. figura 1).

Essas cidades são representadas, de modo mais objetivo, através de suas populações que, para nenhum dos casos, ultrapassa a marca dos 9.000 habitantes, conforme dados do IBGE de 2010 expostos na tabela 1.

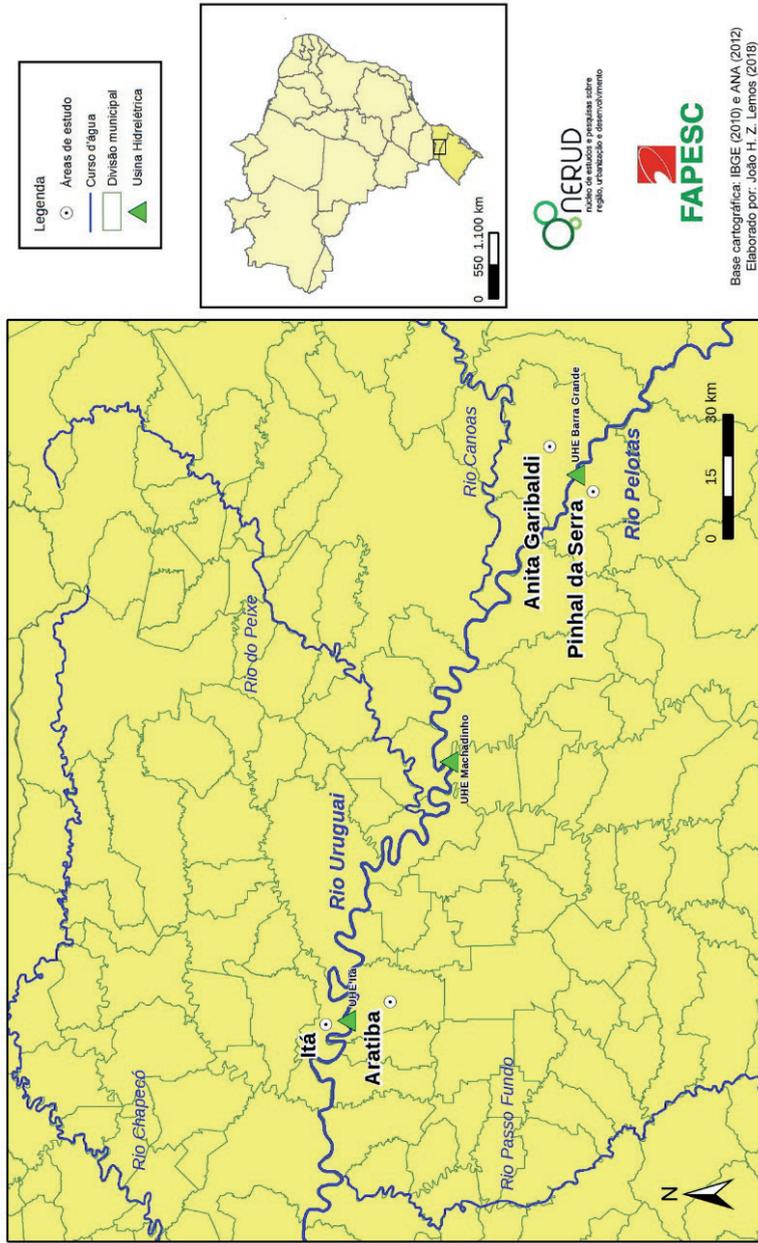
Tabela 1
POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO (2010)

Município	População total	População urbana	População rural
Anita Garibaldi (SC)	8.623	4.551	4.072
Aratiba (RS)	6.565	3.316	3.249
Itá (SC)	6.426	4.057	2.369
Pinhal da Serra (RS)	2.130	478	1.652

Fonte: IBGE, 2010.

Nesta análise, vamos assumir que a produção energética compõe uma nova realidade nas práticas espaciais destas áreas, modificando as relações já estabelecidas e conformando novas funções e atribuições nas inter-relações entre as cidades. As consequências trazidas pela implantação dos empreendimentos da usina hidrelétrica (UHE) de Barra Grande, entre Anita Garibaldi (SC) e Pinhal da Serra (RS), e da UHE de Itá, entre Itá (SC) e Aratiba (RS) – embora ambas tenham uma vasta área atingida pelos reservatórios de água, ultrapassando estas cidades mencionadas – são diversas.

Figura 1
LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO E CURSOS D'ÁGUA



Fonte: Acervo do projeto de pesquisa.

Os simbolismos vinculados à técnica e à modernidade que os empreendimentos carregam contrastam, sobretudo, com as relações quotidianas das cidades em questão. Além da maior diferenciação entre as áreas, a implementação dessas unidades geradoras de energia elétrica acarretou profundas alterações em áreas urbanas e rurais, pois trouxe ampliação das infraestruturas e melhoria nas conexões e interações espaciais regionais, inserindo esses espaços com seus modos de vida no longo processo que se direciona à urbanização completa da sociedade, conforme apontado por Lefebvre (1999).

Com essas ideias iniciais, é importante estabelecer um diálogo integrador, fugindo da dualidade entre o que é bom e mau, para interpretar a realidade e identificar as precariedades das áreas analisadas, que persistem como resíduo face ao desenvolvimento da urbanização. O discurso que circunda a modernização e o desenvolvimento por trás da implantação das usinas são repletos de sinuosidades, afeiçoados intimamente a uma ordem específica, única, disposta apenas a reproduzir o modelo socioeconômico vigente.

De um lado, observam-se construções de grande envergadura, com altíssima tecnologia e interligadas a centros remotos de controle do território. De outro, uma precária infraestrutura que contrasta com a prótese técnica já mencionada. Essas novas paisagens podem ser vistas na figura 2, na qual as imagens A e B apresentam as usinas hidrelétricas de Barra Grande e Itá (respectivamente). Como mencionamos, essas UHEs são compreendidas aqui como as expressões mais objetivas da urbanização extensiva. Ambos os empreendimentos representam o “derramamento”² de demandas oriundas especialmente das grandes aglomerações urbanas que encarnam, de modo mais acentuado, as características da contemporaneidade urbana.

Já nas outras imagens vemos precariedades que prejudicam o acesso à cidade (imagem C), com uma rodovia de baixa condição de trafegabilidade, ainda que se mostre em obras, o que chama a atenção, visto que a UHE de Barra Grande está em funcionamento desde 2005, ou seja, há mais de 13 anos. Ao lado (imagem D), uma rua, também de Anita Garibaldi, igualmente em condições precárias e com condições deficitárias de circulação.

Diante disso, propomos debater as contradições que existem nas cidades pequenas frente à expansão das unidades geradoras de energia elétrica, problematizando noções como desenvolvimento e justiça espacial, a partir da divisão do texto em duas seções. A primeira trata da produção energética e de seus desdobramentos em países periféricos da economia capitalista, como é o caso do Brasil, além de suas implicações com a própria noção de urbanização extensiva e os modelos desenvolvimentistas estrangeiros. Isso posto, avançaremos em nossa análise, na segunda seção, tratando das precariedades e injustiças espaciais (re)produzidas em períodos prévios e posteriores à implantação dos empreendimentos de geração de energia.

Figura 2
EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS E PRECARIEDADES NAS ÁREAS LÍMITROFES



Fonte: Acervo do projeto de pesquisa.

2. Produção energética, urbanização extensiva e “desenvolvimento”

A manutenção do modo de vida da sociedade contemporânea, compreendida sob a noção de sociedade urbano-industrial ou simplesmente sociedade urbana, como a entende Lefebvre (1999) – a qual se apropria dos espaços, em escalas diversas, do local ao global –, necessita de um constante fornecimento de energia para suas atividades. Esta energia é originada de diversas fontes, especialmente fósseis, como carvão mineral e petróleo, bem como é consumida na maior parte das práticas do cotidiano. Entre estas fontes de geração energética, encontram-se as usinas hidrelétricas, objetos de alta tecnologia e de engenharia avançada, que se valem de condições naturais – cursos d’água já existentes e em condições de serem aproveitados – e da intervenção humana que metaboliza este elemento e os refuncionaliza para suas próprias atividades (SWYNGEDOUW, 2009; SOUZA; CATALÃO, 2016). Na maior parte das vezes, o consumo da eletricidade não está necessariamente vinculado às necessidades do próprio ambiente em que ela é gerada, tornando-as elementos de um processo denominado por Monte-Mór (1994; 2006) de “urbanização extensiva”.

Monte-Mór (1994, p. 172) trata dos impactos da “extensão das condições de produção a parcelas mais amplas dos espaços regionais” onde principalmente as metrópoles e áreas próximas exercem, em lugares distantes do território brasileiro, influências que tornam ainda mais complexas as relações nestas cidades – comumente pequenas – localizadas em regiões menos intensamente urbanizadas e ocupadas. Monte-Mór (2006, p. 16) fala do período recente no qual a urbanização extensiva se intensificou, atingindo “nos últimos 30 anos praticamente todo o País”, constituindo uma grande e heterogênea rede de interações a partir das “regiões metropolitanas [...] [e] centros industriais, [relativas] às fontes de matérias-primas, seguindo a infraestrutura de transportes, energia e comunicações”.

Ao basearmo-nos nas proposições de Monte-Mór sobre urbanização extensiva, entendemo-la como o impacto de transbordar sobre as periferias distantes, especialmente em áreas não tão urbanizadas, os modos de vida que trazem consigo demandas até então estranhas a estes territórios (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

Ponderados esses elementos, passamos à análise dos impactos e das consequências da implantação de usinas hidrelétricas (UHEs). Esses empreendimentos são resultado de levantamentos e estudos que visavam a uma autossuficiência energética do território brasileiro, realizados nas décadas de 1960 e 1970 pelo governo federal (ESPÍNDOLA, 2009), aproveitando-se da abundante disposição de recursos hídricos em condições de geração de energia.

Naquele momento em que as análises do potencial de produção energética foram realizadas, juntaram-se as pretensões de diversos agentes, das esferas estatal e privada, de o Brasil dispor de um maior potencial de fornecimento de energia elétrica, o que se conjugava com o contexto de incremento exponencial da industrialização em território nacional, especialmente nas grandes cidades e áreas metropolitanas. Santos e Silveira (2008, p. 71) chamam a atenção para dois elementos que vão conduzir as políticas de expansão do sistema de produção de energia através das usinas hidrelétricas: “A forte demanda energética no Sudeste e no Sul, causada por uma industrialização acelerada, e ao mesmo tempo a chegada invasora dos modelos globais de aproveitamento hidrelétrico”. Podemos, assim, considerar que essa demanda energética ocorreu em função do binômio industrialização-urbanização, ampliado consideravelmente nas décadas de 1950-1970, e da necessidade de aproveitamento de fontes energéticas de matriz não fóssil, o que passou a ser uma demanda dos movimentos ambientalistas a partir de 1972 em Estocolmo e, sobretudo, desde a Eco92 no Rio de Janeiro, ainda que atualmente a implantação de novas usinas hidrelétricas não seja isenta de debates acalorados sobre os impactos ambientais, sociais e humanitários causados.

O aproveitamento hidrelétrico mencionado anteriormente é um dos elementos presentes nas novas práticas de geração energética pós-década de 1960, pois, além da necessidade crescente demandada pelo consumo interno, no período pós-guerra, novas matrizes energéticas passaram a ser requisitadas. Porto-Gonçalves (2017) nos atenta para a transposição do modelo de desenvolvimento praticado em países do centro da economia capitalista para os países periféricos, como é o Brasil, e, assim, “sob os auspícios do Banco Mundial e outros organismos supranacionais, serão construídas grandes hidrelétricas em vários cantos do mundo”

(PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 65). Para Porto-Gonçalves, a desordem trazida por esta implantação desenfreada de infraestruturas que serviriam para atender a ampliação da produção industrial e o conseqüente consumo de bens, em escala global, causará drásticas alterações na configuração territorial dos espaços nacionais. Ainda neste sentido, é importante frisar o caráter sobremaneira exógeno destes processos: “Mais uma vez, como desde sempre, a modernização foi colonização” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 65).

No contexto de expansão do setor de produção de energia no país, cabe mencionar as tensões produzidas frente às imposições do Estado brasileiro. Em relação a isso, surgiram movimentos de resistência aos projetos idealizados pela ELETROSUL, a qual previa a “construção de 25 barragens (22 inteiramente em território brasileiro), para o aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Uruguai” (GRZYBOWSKI, 1990, p. 29). As resistências deram origem a movimentos populares e sociais, entre os quais o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que tem tido uma forte atuação no Sul brasileiro. Entre tensões e lutas, os lobbys e interesses (inter)nacionais foram – não fugindo à regra – mais fortes e o Projeto Uruguai cumpriu algumas de suas previsões, através, neste caso, da construção da UHE de Itá.

Ante a perspectiva da urbanização e seus processos correlatos, Limonad (2007) contribui para o entendimento destas novas dinâmicas socioeconômicas que se expressam em território brasileiro. A autora traz uma valorosa interpretação da fragmentação e da dispersão dos elementos que permitem a reprodução do sistema capitalista em território nacional. Precisamente, as questões da expansão industrial no Brasil e a implantação de usinas hidrelétricas estão no bojo das alterações que produziram “uma crescente reorganização e rediferenciação territorial, que se evidencia[m] por movimentos de realocização das atividades produtivas e/ou por movimentos de redistribuição espacial da população”, transformações estas que “não ocorrem ao mesmo tempo em todos os lugares, e impactam de modo diferenciado cada região, cada lugar” (LIMONAD, 2007, p. 146).

Este “não acontecer” em todos os lugares remete às contradições da crescente e intensiva³ urbanização que se difunde no território brasileiro. Ao tratarmos da difusão de equipamentos e construções que se constituem

para uma maior tecnificação, fluidez e aumento da possibilidade de reprodução do sistema capitalista, observam-se desigualdades nos próprios lugares onde há a penetração das novas lógicas. O impacto diferenciado e comumente desigual em cada porção do território se constrói a partir de interesses particularistas, onde não se reconhece um mesmo desejo pela melhoria (relativa) das condições de vida das populações afetadas pelo avanço ambicioso do “progresso” vinculado ao capital, e de um modelo de desenvolvimento assentado em interesses transnacionais, os quais emanam essencialmente de países centrais da economia capitalista.

As cidades pequenas em questão passam, com o avanço do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2013; 2014a) e a intensificação dos fluxos de qualidades diversas em nosso tempo (LIMONAD, 2007), a cumprir um importante e renovado papel na rede urbana nacional (CORRÊA, 2015). Lemos (2018) e Wagner (2018) trazem contribuições para a compreensão dos processos que levaram à formação dos núcleos populacionais nas áreas aqui tratadas, além das conseqüentes emancipações político-administrativas, que estão ligadas com um particular modelo de reapropriação do espaço (localmente denominado colonização) promovido nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Em um primeiro momento, as cidades tinham um papel em que predominava o atendimento às necessidades locais e regionais, sob o caráter de uma pequena produção de mercadorias primárias; num segundo momento, elas passaram para uma relação estreita com o setor agroindustrial que se constituía, especialmente no estado catarinense (ESPÍNDOLA, 2009). Hoje, no entanto, as cidades pequenas ainda mantêm essas relações, mas apresentam peculiaridades por se inserirem no contexto de produção energética nacional, atendendo demandas que decorrem principalmente de aglomerações urbanas e centros industriais, distantes do local de geração.

No âmbito do processo de chegada de um empreendimento deste porte, algumas dinâmicas se configuram e produzem novas espacialidades, entre elas: a reestruturação da cidade; a construção (que se coletiviza) do discurso da melhoria da condição de vida da população (em decorrência deste empreendimento); e, por último, no caso específico das cidades analisadas, a profunda transformação da vida cidadina, como em Itá, onde isso

ocorreu com maior intensidade, pois a cidade teve sua estrutura urbana transposta para outra área.

A própria noção de desenvolvimento é controversa e recebe duras críticas, como as vistas em Souza (1996), que reconhece que a noção não serve para integrar os lugares que recebem modificações, investimentos e novas relações de produção e circulação; promove, ao contrário, ainda mais desigualdades e disfunções no território, por seguir um modelo etnocêntrico, que o próprio termo encobre através de uma redução a “desenvolvimento econômico”, apenas reproduzindo o modelo desenvolvimentista existente na economia capitalista, ou seja, desenvolvimento como estratégia para acumulação de riquezas no centro e repartição de pobreza e precariedade nas periferias.

Logo, é notável a reprodução de lógicas que favorecem a desconexão (relativa) entre áreas que, mesmo próximas, compõem um agrupamento pouco coeso de objetos técnicos. Os aspectos atuais, observados em trabalhos de campo, demonstram a pouca interação com a realidade urbana das cidades analisadas. Isso nos coloca a caminho da segunda parte de nosso texto, onde debateremos as inter-relações entre o discurso urbanístico que circunda a reestruturação das cidades, as diferenças e precariedades existentes nos níveis das cidades em si e das usinas hidrelétricas e, por último, a (re)produção de injustiças espaciais, trazendo também as contribuições de Soja (2010) para a discussão.

3. (Des)caminhos, precariedades e injustiças na produção do espaço

As novas demandas energéticas que se ampliam fortemente, em decorrência do avanço da industrialização em território brasileiro e do incremento da urbanização, provocaram rupturas e mudanças radicais em diversos lugares. É o caso, primeiramente, da cidade de Itá, cujas contradições no período pós-implantação da usina nós analisaremos. A implantação da UHE de Itá, concebida na década de 1970, construída na de 1990 e que teve o alagamento do seu reservatório de água em 2000 – início

da geração comercial de energia datada em julho desse mesmo ano –, alterou completamente as relações nesta cidade pequena do Sul brasileiro.

A completa alteração no modo de vida de uma cidade em função da necessidade nacional de incremento da geração de energia elétrica mostra, em concordância com Porto-Gonçalves (2017), a extrapolação dos limites entre as necessidades básicas e as intencionalmente construídas, dispostas pelo desenvolvimento da sociedade de consumo (LEFEBVRE, 1999), que no Brasil se ampliou a partir do começo do século XXI (MAGRINI; CATALÃO, 2017). Essa extrapolação é uma marca da sociedade ocidental moderno-colonial da qual fazemos parte. Diz Porto-Gonçalves (2017, p. 75): “A espécie humana terá que se autolimitar. Os limites são, antes de tudo, políticos”, dialogando com o pensamento de que o desenvolvimento hoje praticado é limitável, passível de alteração, bastando um verdadeiro posicionamento que vislumbre uma maior integração entre as necessidades efetivas e a vida humana, afastando-se de uma produção do/no espaço desigual e que construa um equilíbrio, não colocando o imensurável “peso do progresso” (p. 63) sobre quem dificilmente obteria êxito em se contrapor à lógica global de produção-acumulação-consumo, condição expressa de modo mais objetivo pelos países periféricos da economia capitalista.

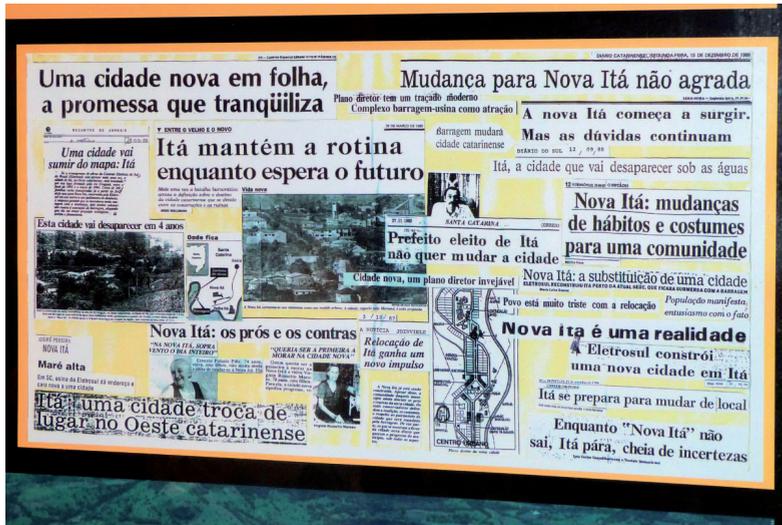
Numa primeira aproximação, é notória a disfunção que o empreendimento energético apresenta, relativa à desintegração com a cidade vizinha, Aratiba, situada no Rio Grande do Sul e que também foi afetada pelo alagamento necessário ao reservatório da usina. O empreendimento hidrelétrico, embora se constitua como uma prótese sociotécnica (SOUZA; CATALÃO, 2016) que engendra uma possível interligação entre os dois estados, através da materialização de uma conexão entre as duas margens do rio Uruguai e, por conseguinte, o desenvolvimento da vida quotidiana dos cidadãos, tem na precária infraestrutura rodoviária, que não acompanha o avanço técnico que a própria usina materializa, a expressão mais clara da contradição, especialmente no caso de Aratiba.

Com o pressuposto de que a usina hidrelétrica atenda à demanda de produção de energia, demanda esta que por regra não é necessariamente originada localmente, entendemos que “tal demanda é errática”, não correspondendo, necessariamente, aos “interesses da sociedade local” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 254), o que é possível de se perceber nas

áreas circundantes à usina. A precariedade das infraestruturas ligadas à mobilidade chama a atenção de tal modo que, mesmo com quase vinte anos de sua implantação, parece haver um desencaixe entre a presença desta unidade geradora e uma equidade nos investimentos direcionados aos espaços limítrofes, nas cidades sobretudo.

Entre os descaminhos da nova (com velhos valores) produção do espaço urbano, estão as notícias disseminadas ainda na década de 1990 (figura 3), que levavam ao entendimento de que a “nova” Itá – edificada em decorrência do alagamento das áreas de terra que serviriam de reservatório para a geração de energia elétrica – seria moderna e totalmente projetada, discurso este construído a partir de uma perspectiva ilusória e formalista de valores urbanísticos (LEFEBVRE, 1999), em consonância com uma possível reprodução de desigualdades existentes ainda na antiga cidade. A lógica desigual de produção do espaço permanece, ainda assim, no novo tecido urbano, onde se verificam áreas afastadas do centro da cidade ocupadas por sujeitos de menor poder aquisitivo e onde o investimento infraestrutural também se mostra desigual se comparado aos espaços centrais.

Figura 3
MANCHETES REFERENTES ÀS MUDANÇAS ENTRE A ANTIGA E A NOVA ITÁ



Fonte: Fotografia de painel do Centro de Divulgação Ambiental (CDA) de Itá.

Nas expressões das divergências entre o ideal e a prática, observa-se a existência de áreas afastadas do núcleo urbano principal, isto é, considerado aqui como o que é composto pelos principais equipamentos de uso coletivo, de caráter público ou não, situados no âmbito do que se construiu a partir do projeto. Isso possibilita a apreensão de um descompasso existente na agenda de planejamento urbano, na qual se ressalta a narrativa de uma cidade idealizada, cujo projeto demarca o lugar de um pleno progresso que é formado nas bases de um desenvolvimentismo desigual, porque nem sequer as desigualdades socioespaciais existentes na antiga Itá se propôs combater. A nova cidade serviu, portanto, para expressar de maneira mais clara uma “injustiça espacial” (SOJA, 2010), na medida em que a distribuição de terrenos e, a partir destes, acessos e posição social estava condicionada à estrutura espacial da velha cidade.

Durante trabalhos de campo realizados em Itá, notadamente no bairro São João, deparamo-nos com a concentração de residências com tipologias construtivas mais simples, apresentando em sua maioria um pavimento, lotes de menor tamanho e passeio diminuto entre as residências e a via de rolagem da rua. Além disso, um aspecto que chama bastante a atenção é o descolamento do restante do tecido urbano. Somente uma via realiza a interligação com as demais áreas da cidade e não há áreas construídas no intermédio, o que contribui para deixar o bairro em situação potencial de segregação na cidade.

Essa condição de afastamento do núcleo urbano principal, podendo ser vista na figura 4, é a materialização do anverso de um projeto restrito, manifestando-se hoje nas diferentes formas de apropriação do espaço urbano e enaltecendo o caráter segmentado das classes sociais. Carlos (2013) alerta-nos quanto à diferenciação da acessibilidade da/para a prática urbana, do pleno uso das possibilidades que a cidade oferece, avançando para o entendimento do espaço urbano como uma função essencialmente de uso, conforme o que também nos mostra Lefebvre (2015), em contraposição com as práticas convencionais das relações urbanas geradas pelas relações capitalistas vigentes, sustentadas pela propriedade privada da terra e dos meios de produção. Embora Carlos (2013) faça referência às metrópoles em sua análise, não deixa de ser uma marca importante da

(desigual) urbanização capitalista que também se manifesta nas cidades pequenas.

A área em destaque na figura 4, referente ao bairro São João, é oriunda de um apêndice construtivo, desdobrado pela necessidade de assentar mais pessoas do que as que estavam previstas e pensado ante a impossibilidade de o projeto da cidade nova contemplar uma possível expansão.

O imaginário construído à volta da edificação de uma nova cidade faz parte de um discurso que se reproduz até o presente, composto em um momento de grandes apreensões e incertezas. Podemos trazer o pensamento de Maricato (2011) ao debate acerca da representação da cidade. Ao mencionar a possível dissimulação da realidade construída através da mídia, em suas variadas formas, diz que a “representação da cidade encobre a realidade científica” (p. 165). Isso pode ser transposto aos acontecimentos de Itá, lugar em que a realocação do sítio urbano foi precedida e sucedida por uma representação parcial da realidade, isto é: “Uma intensa campanha publicitária leva uma ficção à população: o que se faz em território restrito e limitado ganha foros de universal” (p. 165). Essa representação irreal culmina nas constatações de contiguidades na produção de desigualdades e precariedades em Itá.

As alterações ocorridas em Itá, não apenas na área urbana, mas também na rural, podem ser entendidas à luz da noção de reestruturação proposta por Soja (1993), na qual diversas escalas de ação ligadas à reprodução do sistema capitalista sobrepõem-se e modificam substancialmente a vida social, a cada período de crise que este modelo de sociedade apresenta⁴. No caso dessa cidade, destaca-se uma “transformação revolucionária” – utilizando uma expressão de Soja – através das rupturas provocadas pela transição de uma “situação de perfeita normalidade e[m] algo completamente diferente” (SOJA, 1993, p. 194), materializado em nosso caso pela completa transposição da cidade em novo sítio urbano.

Figura 4
DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE ITÁ



Fonte: Acervo do projeto de pesquisa.

Tratando especificamente de Itá, Wagner (2018) aporta contribuição ao debate ao tratar das cidades pequenas e suas relações com a reestruturação urbana, de modo especial acarretada por reestruturação do setor produtivo. Corroborando com as exposições da autora, parece-nos que os “objetos técnicos que são implantados na cidade deveriam proporcionar o acesso de toda população ao espaço urbano, com o objetivo de possibilitar condições de igualdade” (WAGNER, 2018, p. 29-30), podendo ir além: desdobrando-se, as técnicas e os objetos, em condições para o desempenho da prática cidadã na cidade e para a existência de uma justiça espacial. Segundo Pirie (1983), esta noção põe em questão se as localizações absolutas ou relativas são justas, bem como se são justos os processos de realocização, o que é muito emblemático no caso de Itá.

Pirie (1983) entende ainda que essas localizações devem ser pensadas em termos de justiça a partir da noção de liberdade, que é seu elemento balizador, mas nos parece que isto estaria bastante condicionado pela estrutura urbana produzida e pelos limites de participação popular (CATALÃO, 2013), que em Itá ficaram evidentes em função das conquistas limitadas dos movimentos sociais organizados, incapazes de subverter a transposição da lógica da cidade velha à nova: a distribuição dos lotes de uso residencial seria feita respeitando-se sua localização anterior em relação aos bens e equipamentos urbanos existentes.

A condição de um espaço produzido de maneira injusta e desigual estende-se para além da própria escala urbana, expressando-se em outras, especificamente em bases técnicas, como as rodovias, eixos de conexão importantes num país dependente do automóvel individual como o Brasil. Neste caso, tratamos da estrada que faz, por ora, a precária ligação entre Aratiba (RS) e a UHE de Itá, a RS 420. Trata-se de uma via de tráfego ainda sem a completa pavimentação que, segundo depoimentos coletados nos trabalhos de campo, representa uma significativa limitação para a cidade, tornando a mesma pouco atrativa para investimentos e para o crescimento dos serviços nela instalados.

Embora tenhamos construído uma crítica ao modelo de desenvolvimento adotado na atualidade, de maneira especial no território brasileiro, reconhecemos que: é elementar a presença de uma rodovia eficiente, não apenas para as questões socioeconômicas, mas para a constituição de um

meio seguro e acessível para a mobilidade da população local; e é insuficiente a contribuição real de um empreendimento de tal porte e impacto social (a UHE de Itá) para as relações locais e regionais, o qual não promove as mínimas condições de melhorias na infraestrutura disponibilizada, como é a rodovia mencionada. Portanto, a cidade de Aratiba representa hoje um fim em si mesma na rede rodoviária regional, visto que não se torna uma área de passagem na ligação com o estado catarinense, por não oferecer condições atrativas para o acréscimo de seus fluxos.

Mais a leste, instalada no rio Pelotas, está a UHE de Barra Grande, em atividade desde 2005. Assim como expresso pela implantação da UHE de Itá, a instalação desta unidade geradora de energia elétrica conflui com os interesses de Estado e de um auspício de promover o desenvolvimento em diversas áreas do Brasil. Entre as desigualdades técnicas presentes nas áreas que circundam as usinas hidrelétricas, Anita Garibaldi, no estado catarinense, e Pinhal da Serra, no estado gaúcho, exibem elementos que provocam questionamentos e apontamentos como os já feitos.

Como observamos na figura 2, no início deste texto, os dois exemplos revelam contrastes entre, de um lado, objetos dotados de tecnologias avançadíssimas, como são os empreendimentos de geração de energia e, de outro, a estruturação viária do espaço urbano de Anita Garibaldi que ainda exhibe características compatíveis com localidades sem grandes investimentos em infraestrutura, próprias de lugares fora da “região concentrada”, conforme noção trazida por Santos e Silveira (2008). Representam as contradições dos países da periferia capitalista, onde há uma extrema centralidade em certos investimentos, que não culmina necessariamente com o transbordamento desses investimentos em infraestruturas básicas.

Outra vez, a presença do empreendimento hidrelétrico não promove, então, o desenvolvimento apresentado em discurso sustentador da implantação da usina, pautando-se apenas por uma modernização concentrada nos próprios empreendimentos e em áreas que favorecem os mesmos. Isso é compreendido através das críticas ao modelo de desenvolvimento incorporado pelo Estado brasileiro, constituído pela perversa lógica contemporânea de crescimento a qualquer custo, especialmente vista nos trabalhos de Smith (1988), Souza (1996), Dardot e Laval (2009) e Porto-Gonçalves (2017), entre outros.

O descompasso entre a produção de energia elétrica e os aspectos qualitativos da infraestrutura disposta em Anita Garibaldi e Pinhal da Serra leva-nos a observar a expressão material contemporânea do que Smith (1988) chama de desenvolvimento desigual, intrínseco e dialeticamente necessário ao capitalismo. A urbanização diferencial implantada nas áreas aqui analisadas mostra o descompasso entre os espaços próximos dos próprios empreendimentos altamente tecnificados e o restante do território das cidades. Na figura 5, a pavimentação de áreas que circundam a UHE de Barra Grande é um exemplo importante do caráter notoriamente utilitarista dos investimentos destinados à cidade de Anita Garibaldi.

Figura 5
UNIDADE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA NA UHE BARRA GRANDE EM ANITA GARIBALDI (SC)



Fonte: Acervo do projeto de pesquisa.

A partir desses fatos, acreditamos que as usinas hidrelétricas instaladas nas cidades analisadas pouco contribuíram para a consolidação de investimentos nestas áreas, representados por melhorias nas condições de vida dos habitantes da região. Quer dizer, passados mais de quinze anos da inauguração da UHE de Itá e pouco mais de dez da UHE de Barra Grande, em que medida esses empreendimentos podem ser compreendidos como

produtores de uma justiça espacial nas áreas atingidas? Ou, ao contrário, como sua presença indica a permanência de uma injustiça espacial?

Para tratar das usinas em si como objetos desconexos ao lugar onde estão instaladas, trazemos a contribuição de Santos (2014b, p. 81), que considera esse tipo de relação como produtora de uma alienação do espaço, ambientes onde a partir da “atividade alienada resultam objetos alienados”, estes que condicionam as relações do lugar à estranheza, à indiferença e à relação conflituosa.

Consideramos que os empreendimentos hidrelétricos, instalados nas áreas aqui evidenciadas, constituem-se de nexos frágeis e descompassados com as necessidades básicas da população, dificultando a produção de um espaço mais justo. Melhor dizendo, “a instrumentalização que é feita do espaço, com a utilização de recursos coletivos, serve ao aumento de produtividades individuais e ao agravamento dos desequilíbrios” (SANTOS, 2014b, p. 134). Esses recursos coletivos correspondem hoje às áreas fragilizadas, inundadas, que tiveram seus moradores originais expropriados e relocados para outras cidades e estados e às cidades que continuam em situação de precariedade de suas infraestruturas.

Carlos (2018) chama a atenção para a tomada dos espaços urbanos pelo caráter utilitarista que a cidade tem para o capitalismo, convertendo a prática cotidiana das cidades, composta de trocas sociais e de um uso *stricto sensu*, constituindo-se como um fim em si mesmo, para uma dimensão que visa tão somente o valor de troca desses espaços, um meio para a reprodução constante de mais-valia. Essa compreensão também é sustentada por outros importantes trabalhos ligados ao pensamento da cidade contemporânea e às contradições do sistema capitalista, como visto em Smith (1988), Soja (1993, 2010) e Lefebvre (1999; 2015).

4. Considerações finais

Através das análises realizadas em campo, com base em um aporte teórico de autores importantes para as áreas afins, especialmente da Geografia, entendem-se os elementos que produzem os espaços urbanos e rurais, presentes nas áreas de estudo. Tanto no lado catarinense, através

de Anita Garibaldi e Itá, quanto no sul-rio-grandense, em Pinhal da Serra e Aratiba, observam-se disparidades quanto às alterações e novas realidades trazidas pela implantação das usinas hidrelétricas, ainda que haja diferenças notórias de níveis entre as cidades próximas à UHE de Itá – mais bem equipadas e com melhor infraestrutura – e aquelas adjacentes à UHE de Barra Grande – mais precárias.

Os territórios vinculados à sustentação do modo de produção vigente, integrados na rede urbana de um país periférico da economia capitalista, encontram-se em condições de desigualdade. A precariedade das condições de tráfego nas e entre as cidades, o deslocamento de população rural e urbana trazido pela construção das usinas e pelo enchimento dos reservatórios, bem como a sensação de externalidade das próteses técnicas existentes nestes ambientes (falta de interação com o seu entorno), contribuem grandemente para a existência de certa esquizofrenia, ou seja, alternância confusa entre áreas precárias e bem equipadas destas cidades.

A artificialidade das relações sustentadas por necessidades externas provoca mudanças que nem sempre são benéficas – embora seja perigoso construir um juízo de valor sobre estas – e podem levar a fragmentações nas práticas socioespaciais existentes nas áreas atingidas, o que demandará um novo conjunto de pesquisas a respeito.

Notas

- ¹ Texto produzido a partir do projeto de pesquisa “Urbanização e hibridação sicionatural em contextos hidrelétricos”, com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).
- ² Derivamos esta expressão da passagem no texto de Monte-Mór (1994, p. 172, grifo nosso), onde o autor traz que: “Desde então a metrópole vem se derramando não apenas sobre as regiões circunvizinhas, mas também sobre as periferias distantes”.
- ³ Preferimos adjetivar a urbanização como “intensiva” em lugar de “desordenada”, pois, por um lado, estamos destacando a intensidade da concentração populacional, de bens, serviços e infraestrutura, assim como de conflitos e problemas, e, por outro, não queremos ser partidários de um discurso moralizante da ordem, que muitas vezes supervaloriza o planejamento urbano prévio e compreende a urbanização brasileira como desordenada, especialmente quando se focam as periferias das grandes aglomerações e todos os problemas socioespaciais existentes ali.
- ⁴ Ainda que entendamos que o capitalismo é um modo de produção, a nós parece evidente que ele também tem se constituído como um modelo de sociedade, na perspectiva de que as relações capitalistas, especialmente desenvolvidas hoje como neoliberalismo, impregnam todos os níveis das relações sociais, inclusive a subjetividade, como defendem Dardot e Laval (2009).

Referências

CARLOS, Ana Fani. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.

CATALÃO, Igor. **Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba**. 2013. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/UFR-ip Sciences humaines et sociales, Avignon Université, Avignon, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale**. Paris: La Découverte, 2009.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As transterritorialidades na bacia do rio Uruguai e o alagamento sistemático de coletividades**. 2009. 286f. Tese (Doutorado em Geografia) -Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; FASE, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2015.

LEMO, João Henrique Zöhler. Urbanização extensiva e cidades pequenas em contextos de produção energética na raia do rio Uruguai. **Revista Formação (ONLINE)**, v. 25, n. 45, p. 157-178, maio/agosto 2018.

LIMONAD, Ester. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 145-170.

MAGRINI, Maria Angélica; CATALÃO, Igor. Del derecho al consumo al derecho a la ciudad: contradicciones y convergencias. **EURE**, Santiago de Chile, v. 43, n. 130, p. 25-46, 2017.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 121-192.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton et al. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 169-181.

_____. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 09-18, jul./dez., 2006.

PIRIE, Gordon H. On spatial justice. **Environment & Planning A**, Londres, v. 15, n. 4, p. 465-473, 1983.

PORTO-GONÇAVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014a.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2014b.

_____; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação da teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. **Seeking spatial justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996.

SOUZA, Reginaldo José de; CATALÃO, Igor. Da “Cidade-Cyborg” à “Atmosfera-Cyborg”: contribuições à análise do espaço e do clima urbanos. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 2, n. 28, p. 199-213, maio/ago., 2016.

SWYNGEDOUW, Eric. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 99-120.

WAGNER, Daniela Feyh. **Entendendo a reestruturação da cidade: o caso de Itá**. 56 f. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

Recebido em: 08/01/2019

Aceito em: 28/01/2019

